



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

CONTROLODORIA GERAL DO MUNICÍPIO CGM

MANUAL DE AUDITORIA INTERNA MAI

PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU
Francisco Lacerda Brasileiro

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Aparecido da Silva Dantas

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria de Controle da Gestão de Saúde
Andrea Alves Pereira

Diretoria de Controle da Gestão Administrativa
Toribio Ramão Silveira

**Diretoria de Controle da Gestão Orçamentária, Financeira,
Contábil e Fiscal**
Juselmar Ferreira



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	4
2.NORMAS RELATIVAS A PESSOA DO AUDITOR	6
2.1 Imparcialidade	6
2.2 Independência Organizacional	6
2.3 Objetividade	6
2.4 Conhecimento Técnico e Capacidade Profissional	7
2.5 Comportamento Ético.....	7
2.6 Sigilo e Discrição.....	7
2.7 Desenvolvimento Profissional Contínuo.....	7
3.TIPOS DE AUDITORIA	8
3.1 Auditoria de Gestão.....	8
3.2 Auditoria Operacional ou de Desempenho.....	8
3.3 Auditoria Contábil.....	8
3.4 Auditoria de Sistema.....	9
3.5 Auditoria Extraordinária.....	9
4.TÉCNICAS DE AUDITORIA.....	10
4.1 Inspeção Física.....	10
4.2 Confirmações Externas ou Circularização.....	10
4.3 Exame da Documentação Original.....	11
4.4 Conferências de Cálculo.....	11
4.5 Exame de Registros Contábeis.....	11
4.6 Entrevistas (Indagação Escrita ou Oral).....	11
4.7 Exame de Livros e Registros Auxiliares.....	11
4.8 Correlação entre as Informações Obtidas.....	11
4.9 Observação das Atividades.....	12
4.10 Prova Seletiva ou Amostragem.....	12
4.11 Amostragem Probabilística ou Estatística.....	12
4.12 Amostragem não Probabilística ou Subjetiva.....	12
5.NORMAS RELATIVAS À COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS.....	13
5.1 Nota Técnica.....	13
5.2 Súmula.....	13
5.3 Relatório.....	13
6.PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE AUDITORIAS.....	15
6.1 Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)	15
6.1.1 Auditorias Planejadas.....	15
6.1.2 Auditorias Extraordinárias.....	16



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7.PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA.....	17
7.1 Fase de Planejamento.....	17
7.1.1 Matriz de Planejamento.....	18
7.2 Fase de Execução.....	19
7.2.1 Desenvolvimento dos Trabalhos de Campo.....	19
7.2.2 Elaboração da Matriz de Achados.....	19
7.3 Elaboração do Relatório de Auditoria.....	21
7.3.1 Estrutura do Relatório de Auditoria.....	21
7.4 Plano de Providências.....	22
7.5 Comunicação dos Resultados de Auditoria	22
7.6 Monitoramento dos Resultados de Auditoria.....	22
8.ANEXOS.....	24
8.1 Modelo de Check List de Compra Direta por Inexigibilidade	24
8.2 Modelo de Check List de Compra Direta por Dispensa	29
8.3 Modelo de Check List de Licitação - Convite	35
8.4 Modelo de Check List de Licitação – Tomada de Preços	42
8.5 Modelo de Check List de Licitação – Concorrência	49
8.6 Modelo de Check List de Licitação – Pregão Presencial	57
8.7 Modelo de Check List de Licitação – Pregão Eletrônico	64
8.8 Modelo de Check List de Contratos	70
8.9 Modelo de Check List de Convênios	75
8.10 Modelo de Check List de Termo de Colaboração ou Fomento	82



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

1. INTRODUÇÃO

Este Manual de Auditoria Interna – MAI tem por finalidade básica definir conceitos, planos de trabalho, organização, competências, formas de planejamento e execução das ações de auditoria e controle, diretrizes gerais e a definição de procedimentos essenciais ao desenvolvimento dos serviços de auditoria, visando a padronização de procedimentos e disciplinar as atividades de auditoria no Município de Foz do Iguaçu.

O objetivo deste MAI é orientar os trabalhos e facilitar sua execução pelos auditores, sem pretender esgotar os assuntos aqui abordados, permanecendo aberto a uma constante manutenção evolutiva, buscando melhorias e atualizações contínuas em face de alterações na legislação e dos anseios da sociedade.

Trata-se a auditoria da avaliação de uma organização ou processo. O Termo “Auditoria Interna” diferencia a auditoria realizada pela própria Administração, das auditorias contratadas, denominadas externas ou independentes, e das exercidas pelos órgãos de controle externo, quais sejam, o Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, o Poder Judiciário e os Administrados.

No âmbito do processo de mudança das relações entre Governo e sociedade e da reforma da administração pública, que vem evoluindo para uma gestão orientada para resultados, a auditoria assume uma condição estratégica no ciclo da gestão pública.

A Controladoria Geral do Município visa o aperfeiçoamento do desempenho da Administração Pública, busca o aprimoramento na utilização dos recursos públicos e o avanço no sistema de controle e gestão de processos de trabalho, de contratos e demais ajustes firmados, com o intuito de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle do governo, de forma a assistir a governança na consecução de seus objetivos estratégicos.

Em consonância com a legislação, a Controladoria busca ainda, contribuir para a implantação do Sistema de Controle Interno no Município de Foz do Iguaçu, no qual todos os órgãos instituem ou aprimorem suas estruturas e ações tendo em vista, além



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

das atividades inerentes à gestão, atividades de controle interno mitigadoras de riscos, onde riscos correspondem às probabilidades de uma inconformidade ou falha de procedimento ocorrer.

Por fim, a auditoria interna constitui-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento de processos de trabalho, avaliação de resultados e proposição de ações saneadoras para os possíveis desvios da gestão, os desperdícios, as impropriedades, a negligência e a omissão, muitas vezes antecipando-se a essas ocorrências, buscando os resultados pretendidos, em termos de legalidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade do desempenho organizacional.



2. NORMAS RELATIVAS À PESSOA DO AUDITOR

O exercício da auditoria interna pressupõe a disponibilidade de equipe multiprofissional, devendo compor o quadro funcional servidores com as características a seguir arroladas:

2.1. Imparcialidade

O Auditor no exercício da atividade de auditoria deve gozar de independência que assegure a imparcialidade de sua análise. A neutralidade é fundamental na apuração dos fatos.

Os servidores de auditoria interna devem abster-se de avaliar operações pelas quais tenham sido anteriormente responsáveis. Presume-se prejudicada a imparcialidade quando o servidor de auditoria prestar serviços de avaliação de atividades para as quais tenha sido previamente responsável durante o período de um ano antes da instauração da auditoria.

2.2. Independência Organizacional

O auditor não pode estar subordinado ao órgão auditado, daí o seu caráter de assessoria ligado à alta administração. As atividades de auditoria devem ser livres de quaisquer influências, de sorte a assegurar a cobertura ampla e a imparcialidade nas suas conclusões.

O trabalho de auditoria não poderá implicar ao auditor responsabilidade por execução de ações operacionais sobre quaisquer atividades auditadas, ou seja, não é recomendado que os responsáveis pela auditoria executem ações que posteriormente possam ser objeto de auditoria.

2.3. Objetividade

Na execução de suas atividades, o auditor deve se apoiar em fatos e evidências que permitam o convencimento razoável da realidade e veracidade dos fatos,



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

documentos ou situações examinadas, afastando dúvidas no decurso dos trabalhos, de sorte a emitir opinião em bases consistentes e transmitir confiança em suas conclusões.

Os relatórios de auditoria devem ser claros e transparentes, com redação fácil e agradável. A objetividade deve ser busca constante nos trabalhos do auditor.

2.4. Conhecimento Técnico e Capacidade Profissional

O Auditor deve possuir um conjunto de conhecimentos técnicos, experiência e capacidade para os diversos assuntos que compõem a gestão pública, adequados ao cumprimento do objetivo da auditoria.

Compete à Administração fornecer os instrumentos e recursos necessários à capacitação dos servidores e evolução dos trabalhos de auditoria.

Deverá, ainda, ter habilidades no trato com as pessoas e comunicar-se de maneira eficaz, com a finalidade de manter satisfatórias as relações com os auditados, bem como transmitir com clareza as avaliações, conclusões e recomendações.

2.5. Comportamento Ético

O servidor de auditoria, independentemente de sua formação profissional, obriga-se, enquanto servidor público, a proteger os interesses da sociedade, a respeitar as normas de conduta que regem os servidores públicos, não podendo valer-se da função em benefício próprio ou de terceiros.

2.6. Sigilo e Discrição

O sigilo profissional é regra mandatória no exercício da auditoria. O auditor é obrigado a utilizar os dados e as informações de seu conhecimento exclusivamente na execução dos serviços que lhe forem confiados, não podendo revelá-las a terceiros.

2.7. Desenvolvimento Profissional Contínuo

O processo evolutivo do servidor de auditoria interna deve ser estimulado para que não se torne obsoleto em curto espaço de tempo. O treinamento contínuo, por meio de pesquisas ou cursos oferecidos, visa o crescimento qualitativo da equipe. Do mesmo modo, mostra-se positiva a implantação de rodízios de equipes de trabalho, bem como



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

áreas de atuação, para possibilitar a troca de experiências e a obtenção de graus de conhecimento de maior amplitude.

3. TIPOS DE AUDITORIA

3.1. Auditoria de Gestão

Objetiva emitir opinião com vistas a verificar a regularidade das contas, avaliar a execução de programas e projetos governamentais específicos, contratos, e outros ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e bens.

- Exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos;
- Verificação da existência física de bens e outros valores;
- Verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil;
- Verificação do cumprimento da legislação pertinente.
- Análise da realização físico-financeira em face dos objetivos e metas estabelecidos;
- Análise da adequação dos instrumentos de gestão - contratos, convênios, acordos, ajustes e outros congêneres, para a consecução dos objetivos do gestor, inclusive quanto à legalidade e diretrizes estabelecidas;
- Análise dos demonstrativos e dos relatórios de acompanhamento produzidos, assim como outros meios de verificação, com vistas à avaliação dos resultados alcançados e da eficiência e efetividade.

3.2. Auditoria Operacional ou de Desempenho

Atua na avaliação dos processos de trabalho, avaliando a eficácia dos resultados dos órgãos/entidades em relação aos recursos materiais, humanos e tecnológicos disponíveis, bem como a economicidade e eficiência dos controles internos existentes para a gestão dos recursos públicos. Sua filosofia de abordagem é de apoio e assessoramento ao gestor público, com vistas a oferecer recomendações para o



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

aprimoramento dos atos e fatos administrativos, melhoria dos controles e aumento da responsabilidade gerencial.

3.3. Auditoria Contábil

É a técnica que objetiva emitir opinião sobre a adequação (se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade) e fidedignidade das demonstrações financeiras (se as demonstrações refletem a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas). Trata-se de uma revisão das demonstrações financeiras, no sistema financeiro, nos registros, nas transações e operações de uma entidade ou de um projeto, realizada no interesse de proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração. Este tipo de auditoria é bastante utilizado nos trabalhos realizados para atender exigências dos organismos internacionais como financiadores de projetos/programas governamentais para verificar a efetividade e aplicação de recursos externos.

3.4. Auditoria de Sistema

Objetiva assegurar a adequação, privacidade dos dados e informações oriundas dos sistemas eletrônicos de processamento de dados, observando as diretrizes estabelecidas e a legislação específica.

3.5. Auditoria Extraordinária

Examina fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender determinação expressa do Chefe do Executivo. Incluem-se nesta modalidade os trabalhos auditoriais não inseridos em outros tipos.



4. TÉCNICAS DE AUDITORIA

As técnicas de auditoria constituem o conjunto de procedimentos a ser adotado no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria. Destacam-se a seguir as principais técnicas adotadas:

4.1. Inspeção Física

Consiste na verificação *in loco*, permitindo ao auditor a constatação visual da existência e da quantidade do objeto a ser examinado. Trata-se de um procedimento complementar destinado a apurar:

- Existência física: comprovação visual da existência do item;
- Autenticidade: discernimento da fidedignidade do item;
- Quantidade: apuração adequada da quantidade real física; e
- Qualidade: comprovação visual ou laboratorial das condições de uso do item examinado.

4.2. Confirmações Externas ou Circularização

Consiste na consulta e obtenção de declaração formal de pessoas não ligadas ao órgão/entidade auditado, independente de elos comerciais, afetivos, etc. sobre a fidedignidade das informações obtidas internamente.

Há dois tipos de confirmações de dados usados pela auditoria:

- positiva – quando há necessidade de resposta da pessoa de quem se quer obter uma confirmação formal ou;
- negativa – aquela obtida a partir da não resposta, ou seja, quando a pessoa de quem se quer obter a confirmação de determinado fato ou ato é expressamente questionada sobre o assunto a ser elucidado, por meio de documento hábil que o descreve, com a consequência de presunção de veracidade caso o questionado se omita em responder. Este tipo é geralmente usado nas hipóteses de insuficiência de confirmação positiva e o documento hábil deve ser expedido por meio de



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

carta registrada para assegurar que a pessoa de quem se quer a confirmação recebeu, efetivamente, o questionamento.

4.3. Exame da Documentação Original

Técnica voltada para evidenciar os documentos comprobatórios de transações, quando exigidos por imposição legal, comerciais ou de controle.

O exame do auditor observará o seguinte:

- autenticidade: constatar se a documentação é fidedigna e merece crédito;
- normalidade: constatar se a transação é normal e corresponde ao escopo da Instituição;
- aprovação: constatar se a operação e os documentos foram aprovados por pessoa autorizada;
- registro: comprovar se o registro da operação é adequado e houve correspondência contábil, fiscal, etc.

4.4. Conferências de Cálculos

Técnica amplamente utilizada que objetiva a conferência dos valores, números, revisão das memórias de cálculos das operações do órgão/entidade, dentre outros.

4.5. Exame de Registros Contábeis

Procedimento usado para constatação da veracidade dos lançamentos contábeis, fiscais, etc., além de possibilitar levantamentos específicos, composição de saldos, conciliações, etc.

4.6. Entrevistas (Indagação Escrita ou Oral)

Consiste na formulação de quesitos e obtenção de respostas. As respostas podem ser obtidas através de declarações formais e informais.



4.7. Exame de Livros e Registros Auxiliares

Técnica conjugada com o uso de outra voltada a comprovar a fidedignidade dos registros principais examinados. Há de se ter cuidado para averiguar se esses registros são autênticos ou preparados apressadamente com a única finalidade de apoiar dados incorretos.

4.8. Correlação entre as Informações Obtidas

Técnica usada para efetuar o inter-relacionamento mediante a análise e comparação das informações obtidas de fontes independentes e distintas no interior da própria instituição.

4.9. Observação das Atividades

Técnica de aplicação de testes flagrantes, constatação visual do auditor baseada na argúcia, conhecimentos e experiências do auditor, através da qual pode-se revelar erros, problemas ou deficiências.

Não existe técnica de auditoria voltada para detecção de fraudes ou erros. Estes são descobertos em consequência dos testes e extensão dos exames de auditoria aplicados corretamente.

Observados os sistemas de controle interno, o auditor definirá quais procedimentos ou técnicas a serem aplicadas e a extensão do seu trabalho.

A prática adequada das técnicas conjugada com os objetivos traçados conduzirá o auditor por trilha segura rumo às conclusões da auditoria.

4.10. Prova Seletiva ou Amostragem

Procedimento empregado pelo qual se obtém informação sobre um todo, examinando se apenas uma parcela dele. A amostra deve ser representativa do todo e a seleção da amostra deve ser imparcial, sem preconceitos ou tendências.



4.11. Amostragem Probabilística ou Estatística

O auditor restringe premeditadamente seu trabalho às operações, pontos críticos ou períodos, que se enquadram em certos parâmetros previamente definidos. Os testes em seleção direcionada podem ser baseados em valor, tipo de atividade ou período de atividade.

4.12. Amostragem não Probabilística ou Subjetiva

O auditor baseia seu trabalho em documentos ou formulários críticos de determinado número de transações ou eventos escolhidos aleatoriamente, mas obedecendo a critério metodológico predeterminado.

5. NORMAS RELATIVAS À COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados dos trabalhos de auditoria deverão ser comunicados na forma de nota técnica, relatório ou súmula de auditoria.

5.1. Nota Técnica

Documento que contém manifestação sobre assuntos jurídicos ou técnicos da Auditoria acerca de questões pontuais.

É destinado a alertar o dirigente da área auditada, no decorrer do processo de auditoria, sobre a possibilidade de ocorrência causadora de prejuízo ao erário, de situação potencialmente irregular ou erros formais e que podem ser sanados de imediato.

A Nota Técnica deve conter a origem da demanda, a fundamentação e o entendimento da auditoria interna sobre dado assunto.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5.2. Súmula

Síntese de recomendações da Auditoria baseada em irregularidades administrativas recorrentes detectadas pelos trabalhos de auditoria. O termo “súmula” é originário do latim *sumula*, que significa resumo. No Poder Judiciário, a súmula é um resumo das reiteradas decisões proferidas pelos tribunais superiores sobre uma determinada matéria.

Dessa sorte, questões que já foram exaustivamente apontadas podem ser resolvidas de maneira mais rápida mediante a aplicação de precedentes já recomendados, evitando a multiplicação de processos sobre questões idênticas.

5.3. Relatório

Documento pelo qual se transmite ao gestor responsável pelo órgão auditado, o resultado dos trabalhos de auditoria e as recomendações julgadas relevantes e oportunas, permitindo-lhe manifestar sobre o conteúdo apresentado.

É um instrumento de comunicação das ocorrências detectadas, mediante exposição simples, clara e objetiva que visa contribuir para a tomada de decisão e providências cabíveis. Neste documento deve haver a preocupação constante com a qualidade e segurança das informações nele inseridas.

6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE AUDITORIAS

Os trabalhos de auditoria devem estar alinhados às prioridades da instituição, bem como considerar a análise conjugada e comparativa dos fatores de risco relacionados às operações dos órgãos municipais.

A análise dos fatores de risco é considerada essencial à elaboração do planejamento dos trabalhos, pois permite focar os esforços em áreas da Administração Pública Municipal consideradas prioritárias e relevantes.



6.1. Plano Anual de Atividades

As atividades de auditoria serão orientadas pelo Plano Anual de Atividades, elaborado previamente com base na análise de risco e vigorará sempre a partir de 01 de fevereiro de cada ano.

O Plano Anual de Atividades é o instrumento em que a Administração elege os processos que serão alvo da Auditoria ao longo do ano e no qual a Controladoria definiu dois tipos de auditorias, quais sejam: as planejadas e as extraordinárias.

6.1.1. Auditorias Planejadas

A seleção das auditorias planejadas é resultado da metodologia adotada pela Controladoria, que a partir da análise conjugada e comparativa dos fatores de risco relacionados às operações dos órgãos integrantes da Administração Municipal.

Como metodologia para o estudo das unidades da Administração Municipal são considerados os fatores de risco segundo os critérios de:

a) Materialidade:

- orçamento, dividido em despesas de pessoal e demais despesas;
- termos de ajuste;
- macro orientação do governo (Plano Plurianual – PPA).

b) Criticidade:

- impacto ao cidadão,
- apontamentos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

O mapeamento dos riscos classifica as unidades auditáveis de acordo com o grau de exposição destas ao risco e não por elas serem em si mesmas um risco à Administração Municipal.

Da análise são identificadas as unidades, procedimentos e processos administrativos auditáveis a serem selecionados considerando prioridade e complexidade envolvidos.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Selecionados os eventos a serem auditados, a equipe de auditoria definirá objetivos, extensão, metodologia, procedimentos de análise, recursos a serem utilizados e prazo para a realização dos trabalhos.

6.1.2. Auditorias Extraordinárias

As auditorias extraordinárias, diferentemente das planejadas, têm sua origem em demandas do Chefe do Executivo Municipal, tendo portanto já definido o foco de atuação da auditoria.

Considerando o foco, a equipe de auditoria definirá a metodologia, procedimentos de análise, recursos a serem utilizados e prazo para a realização dos trabalhos, podendo ampliar sua extensão, se necessário os objetivos da auditoria interna.

7. PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os trabalhos de auditoria interna devem agregar valor à gestão pública e para tal finalidade devem ser observadas normas, procedimentos e padrões técnicos que não devem ser considerados exclusivos e definitivos, em função da incessante atualização em legislações e a complexidade e peculiaridades dos diversos órgãos e processos de trabalho.

Na seqüência é abordado um roteiro básico de procedimentos de auditoria que pode ser ajustado considerando a especificidade de cada processo.

7.1. Fase de Planejamento

- Elaboração do Cronograma das Atividades;
- Apresentação da equipe auditora ao gestor do órgão a ser auditado com a finalidade de explicar os objetivos da auditoria e obter maiores informações sobre os trabalhos. É importante obter a colaboração do auditado para o sucesso da avaliação;



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- Identificação do objeto a ser auditado em consonância com as necessidades dos órgãos;
- Levantamento de informações sobre o objeto a ser auditado tais como: objetivos, metas, órgãos e entidades envolvidos, responsáveis, histórico, aspectos orçamentários e financeiros, legislação, público-alvo, principais recursos, sistemas de controle, indicadores de desempenho e notícias veiculadas pela mídia em geral;
- São fontes de informações para os trabalhos de auditoria, as legislações, pareceres técnicos, documentações referentes ao histórico do objeto, estatutos e estrutura formal, sistemas de informação, notícias veiculadas, entrevistas, pesquisas na internet, organogramas, manuais, dentre outros;
- Os dados obtidos nesta primeira fase serão utilizados, também, para determinação das questões de auditoria a serem analisadas. É importante assegurar que tenham sido investigados, compreendidos e documentados os aspectos centrais do processo, atividade, sistema, órgão ou entidade auditada, para subsidiar a Matriz de Planejamento;
- Elaboração da Matriz de Planejamento a ser realizada após o conhecimento do objeto da auditoria, com a finalidade de detalhar os objetivos do trabalho, as questões a serem investigadas e os procedimentos a serem desenvolvidos durante a execução da auditoria.

7.1.1. Matriz de Planejamento

Este instrumento presta-se para determinar uma área de atuação, definindo informações necessárias e suas fontes, as técnicas e procedimentos de auditoria a serem utilizados e conseqüentemente possíveis achados que fundamentarão as conclusões de auditoria. É um instrumento flexível, passível de atualizações ou alterações pela equipe, à medida que o trabalho evolui.

Os dados levantados constituirão subsídios para a elaboração da Matriz de Planejamento que identificará:



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- órgãos e entidades envolvidos, respectivos gestores e as ações sob sua responsabilidade;
- os critérios para a escolha das ações objeto de auditoria;
- os objetivos gerais e específicos da auditoria;
- o problema de auditoria e as questões a serem investigadas;
- os procedimentos, métodos e técnicas de auditoria a serem utilizados.

A Matriz de Planejamento se apresentará com a seguinte estrutura:

- questões de auditoria - engloba diferentes aspectos que compõem o escopo de auditoria e que devem ser investigados, com vistas a satisfação do objeto, sendo elemento central na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a serem adotadas e dos resultados que se pretende alcançar;
- informações requeridas – informações necessárias para responder às questões de auditoria;
- fontes de informação – pode ser uma pessoa, local, sistemas informatizados ou documentos diversos;
- técnicas de auditoria – formas de aplicar procedimentos de auditoria para colher e/ou tratar informações;
- limitações – são restrições relativas a aplicação das técnicas de auditoria, ao acesso às fontes de informação ou as próprias condições operacionais. Só devem ser descritas caso não sejam mitigadas;
- possíveis achados – eventos que fundamentarão as conclusões da auditoria. Devem ser coerentes com as questões de auditoria.

7.2. Fase de Execução

Após a elaboração da Matriz de Planejamento, inicia-se a fase de execução dos trabalhos de auditoria quando são realizados os trabalhos em campo, coleta e consolidação dos dados e a elaboração da Matriz de Achados. O produto final dos trabalhos é o relatório de auditoria.



A Matriz de Planejamento deve ser considerada pela equipe como um instrumento dinâmico que permite visualizar o encadeamento lógico do trabalho, podendo ser modificada de maneira a assegurar que os objetivos da auditoria sejam alcançados e que as evidências apropriadas sejam obtidas.

7.2.1. Desenvolvimento dos trabalhos de campo

Os trabalhos de campo envolvem o conhecimento minucioso do objeto a ser auditado, bem como a elaboração e aplicação das técnicas de auditoria apresentadas na Matriz de Planejamento.

Na execução dos trabalhos de campo, deve-se atentar para que as constatações de auditoria sejam embasadas pelas técnicas propostas e subsidiadas por documentos e papéis de trabalho que fundamentem adequadamente os fatos e problemas observados.

Em casos específicos e considerando a complexidade envolvida poderá ser necessária a designação de um profissional com formação compatível, a fim de acompanhar os trabalhos da equipe, em caráter meramente consultivo e de orientação.

A equipe de auditoria sistematizará as informações relevantes obtidas na fase de execução mediante a elaboração da Matriz de Achados, que servirá de base para a elaboração do Relatório de Auditoria.

7.2.2. Elaboração da Matriz de Achados

A Matriz de Achados compila e sistematiza as várias informações levantadas durante o trabalho de auditoria, e apresenta, portanto, as informações essenciais ao Relatório de Auditoria e à elaboração do Plano de Providências a ser discutido e pactuado com os gestores do órgão auditado.

A Matriz de Achados é composta basicamente de Achados de Auditoria, evidências, causas, efeitos e recomendações. São considerados Achados de Auditoria as constatações de maior relevância, identificadas a partir das discrepâncias entre a situação encontrada na fase de execução e os critérios de desempenho previstos para a ação auditada e representam uma oportunidade de melhoria para o desempenho do órgão auditado.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Nesse sentido, o Achado de Auditoria deve atender, necessariamente, aos seguintes requisitos básicos:

- ser relevante, para que mereça ser relatado;
- estar fundamentado em evidências comprovadas em papéis de trabalho;
- ser apresentado de forma objetiva;
- respaldar as propostas de encaminhamento dele resultantes;
- apresentar consistência, de modo a mostrar-se convincente a quem não participou da auditoria.

Evidências são as informações obtidas durante a auditoria no intuito de documentar os achados e de respaldar as opiniões e conclusões da equipe, sendo recomendável o uso de mais de um tipo de evidência, de forma a fortalecer as conclusões finais.

No intuito de permitir que terceiros cheguem às conclusões da equipe de auditoria, além de pertinentes ao tema e diretamente relacionadas com o achado, as evidências devem ser suficientes, completas e fidedignas.

Como causas, serão apontados os motivos ou as razões responsáveis pelo Achado de Auditoria que devem ser cuidadosamente identificadas, pois serão relevantes quando da elaboração do Plano de Providências.

Com relação aos efeitos do achado, são registradas as conseqüências relacionadas com as causas correspondentes aos Achados de Auditoria, sendo de grande importância para evidenciar aos gestores a necessidade de se implementarem medidas que permitam aprimorar o desempenho do órgão auditado. É a medida de relevância do achado e, sempre que possível, devem ser mensurados.

As recomendações devem estar alinhadas às causas e efeitos dos Achados de Auditoria, isto é, devem ser elaboradas de forma a mitigar as deficiências e discrepâncias diagnosticadas pela equipe. A viabilidade de implementação das recomendações sugeridas deve ser objeto de análise criteriosa pela equipe de auditoria.



7.3. Elaboração do Relatório de Auditoria

É um instrumento formal e técnico que visa comunicar ao cidadão o objetivo, questões de auditoria, metodologia adotada, os achados de auditoria, conclusões e correspondentes recomendações, de modo a possibilitar a tomada de decisão para correção dos problemas identificados.

O relatório de auditoria deve ser redigido de forma simples, evitando rebuscamento, com objetividade e imparcialidade, expressando claramente os resultados dos trabalhos realizados, bem como suas constatações e recomendações. Os termos, siglas e abreviaturas utilizadas devem estar sempre definidos em glossários e notas de rodapé, ou mesmo no corpo do texto.

7.3.1. Estrutura do Relatório de Auditoria

Com a finalidade de padronizar os relatórios de auditoria, este Manual sugere uma ordem de apresentação das informações, podendo sofrer alterações em função de atualizações compatíveis com o nível tecnológico vigente.

1. Folha de Rosto apresentando dados relativos à identificação do trabalho;
2. Sumário enumerando as principais divisões do trabalho incluindo títulos e subtítulos;
3. Introdução apresentando de forma sucinta e objetiva o trabalho de auditoria, fornecendo informações sobre sua natureza, importância e forma como foi realizado, devendo incluir o objeto, os objetivos, o escopo e a estratégia metodológica da auditoria;
4. Visão geral contendo um breve histórico sobre o objeto da auditoria, tais como: objetivo, órgão responsável, público-alvo, dentre outros;
5. Aspectos orçamentários e físicos demonstrando os recursos públicos utilizados e um comparativo entre a meta física e o valor orçamentário previsto e o que foi efetivamente executado;
6. Quadro Resumo que objetiva oferecer ao cidadão uma visão geral sobre os resultados do trabalho de auditoria, discriminando o tema e respectivo ponto de auditoria, com a indicação da localização da análise pormenorizada no relatório;



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7. Pontos de Auditoria desenvolvendo por capítulos os temas e seus achados e correspondentes recomendações. Os capítulos devem estar ordenados de forma a facilitar a leitura e compreensão dos temas abordados. O excesso de informação ou detalhe deve ser evitado, procurando-se manter um equilíbrio entre a concisão e a clareza. Considerando a relevância das recomendações de auditoria as proposituras devem estar em parágrafos específicos com a grafia “recomendação” em negrito e sublinhado;
8. Conclusão trazendo uma visão global e sintética dos aspectos tratados, de maneira a se obter um quadro geral compreensível dos principais achados e das recomendações cabíveis;
9. Anexos, compreendendo a inserção de documentos, detalhamentos ao entendimento e sustentação dos argumentos expostos, quando se fizer necessária.

7.4. Plano de Providências

Documento que integra o relatório, elaborado pela equipe auditora após a conclusão dos trabalhos. Tem por finalidade, apresentar aos gestores os resultados do trabalho de auditoria, para o monitoramento das recomendações formuladas e, encaminhamento de soluções adotadas, visando sanear irregularidades, fortalecendo o controle interno da instituição e promovendo o aprimoramento da gestão.

O Plano de Providências deve ser estruturado de maneira a apresentar os Pontos de Auditoria, as recomendações cabíveis, providências a serem implementadas e prazos para execução.

7.5. Comunicação dos Resultados de Auditoria

Concluído o relatório, o documento é encaminhado à apreciação dos gestores envolvido.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Na sequência é agendada uma reunião entre a equipe de auditoria e gestores para análise conjunta das recomendações constantes do Plano de Providências e definição quanto às medidas a serem adotadas para sua implementação, com indicação de responsáveis e prazos para a execução.

7.6. Monitoramento dos Resultados de Auditoria

O acompanhamento das ações propostas no Plano de Providências é medida indispensável para verificar se as recomendações estão sendo efetivamente implementadas e constituir-se em meta a ser alcançada pelos órgãos de controle.

Pactuado o Plano de Providências, o monitoramento das ações deve ser realizado em sintonia com os gestores responsáveis.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8. ANEXOS

8.1. MODELO DE CHECK-LIST DE COMPRA DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
01) Hipóteses permitidas à Administração Pública para a inexistência de Licitação:	Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 (Lei das Licitações)			
a) Aquisição de materiais, equipamentos ou gênero que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência por marca, devendo a exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realiza a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelas entidades equivalentes;		()	()	()
b) Contratação de Serviços Técnicos enumerados no artigo 13 da Lei Federal nº 8.666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

c) Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.		()	()	()
2) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e justificativas dos motivos excepcionais para inexigibilidade da licitação(fornecedor exclusivo, serviços de natureza singular com exigência de notório saber profissional artístico consagrado)?	Artigo 26 c/c artigo 38 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
3) Consta justificativa do Objeto/serviço a ser contratado?	Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
4) Consta justificativa do preço contratado, demonstrando sua compatibilidade com o preço praticado no mercado, se for o caso?	Artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
5) Consta pedido assinado pelo responsável para abertura do processo, bem como parecer prévio do órgão, fundamentado os motivos excepcionais para a inexigibilidade da licitação?	Artigo 38, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
6) Os recursos orçamentários previstos estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria da programação?	Artigo 16, Incisos I e II da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (LRF)	()	()	()
7) Consta a minuta do termo de contrato, previamente aprovada pela Procuradoria Geral do Município, onde: a) Estão estabelecidas as condições de	Artigos 38, 40, 55, e 62 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

pagamento, cronograma de desembolso máximo por período e penalizações por eventuais atrasos?				
b) Foram estabelecidas as condições de recebimento do objeto do contrato?		()	()	()
c) Consta cláusula de reajustamento dos preços?		()	()	()
d) Constam cláusulas que define o regime de execução e a forma de fornecimento?		()	()	()
e) Constam cláusulas que define os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso?		()	()	()
f) Constam cláusulas que definem os direitos, as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas?		()	()	()
g) Consta cláusula que define os casos de rescisão?		()	()	()
h) Consta cláusula que estabeleça a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos?		()	()	()
i) Consta cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação?		()	()	()
j) consta clausula que declare competente o foro da sede da administração para dirimir qualquer questão contratual?		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8) Consta parecer prévio da área técnica e/ou do órgão, fundamentando os motivos excepcionais para inexigibilidade da licitação?	Artigo 38, inciso VI, parágrafo único, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta contrato ou nota de empenho de despesas, o objeto refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral e/ou valores inferiores aos limites estabelecidos para tomada de preços e concorrência, desde que não resultem em obrigações futuras?	Artigo 62 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
10) Consta documentação atualizada relativa a habilitação jurídica, quando for o caso?	Artigo 28 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
11) Consta documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista?	Artigo 29 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
12) Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso?	Artigo 30 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
13) Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Artigo 31 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
14) Consta parecer jurídico e aprovação jurídica da minuta do contrato?	Artigo 38, parágrafo único, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
15) Consta autorização da contratação expedida tempestivamente e pela autoridade competente?	Artigo 26 da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
16) Consta publicação, tempestiva, da retificação do procedimento de	Artigo 26 da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

inexigibilidade no Diário Oficial do Município (no prazo de 05 dias)?				
17) Consta cópia do Termo de Contrato e Publicação do Extrato, quando for o caso?	Artigo 61, parágrafo único, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
18) Consta documento que comprova a comunicação da empresa quanto a entrega dos serviços, quando for o caso?	Artigo 73, Inciso I, alínea "b", da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
19) Foi indicado o servidor responsável pela acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado?	Artigo 67 c/c artigo 73, Inciso I, alínea "a", da lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()
20) O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido na Lei de Licitações e Contratos, está confiada a uma Comissão de no mínimo 03 (três) membros? (quando for o caso)	Artigo 15, parágrafo 8º, da lei Federal nº 8.666/93	()	()	()
21) Houve previsão de aplicação da penalidade administrativa por inexecução do contrato(na minuta anexa ao edital)?	Artigos 87 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
22) Houve previsão de rescisão de contrato, com regras que exigem a motivação do ato, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa (na minuta anexa ao edital)?	Artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
23) No caso desta modalidade de certame o edital e o contrato(minuta) previram a divulgação mensal das compras no Diário Oficial?	Artigo 16 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.2. MODELO DE CHECK-LIST DE COMPRA DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
01) Hipóteses mais usadas pela Administração Pública Municipal:	Artigos 23 e 24 da Lei Federal 8.666/93 (Lei das Licitações)			
a) Obras e serviços de engenharia até 10% do limite estabelecido para a modalidade Convite (valor base para o cálculo: R\$ 150.000,00).		()	()	()
b) Outros serviços e compras até 10% do limite estabelecido para a modalidade Convite (valor base para o cálculo: R\$ 80.000,00).		()	()	()
c) Emergência ou calamidade pública.		()	()	()
d) Licitação deserta.		()	()	()
e) Proposta com preços excessivos.		()	()	()
f) Contrato com órgão ou entidade que integre a administração pública e que tenha sido criada para este fim, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.		()	()	()
g) Compra ou locação de imóvel.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

h) Para continuidade de remanescente obra, serviço ou fornecimento em decorrência de rescisão contratual.		()	()	()
i) Compra de gêneros alimentícios perecíveis até a realização do processo licitatório.		()	()	()
j) Contratação de instituição de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional ou dedicada à recuperação de presos.		()	()	()
k) Restauração de obra de arte ou objetos históricos.		()	()	()
l) Impressão de Diários Oficiais, formulários padronizados e edições técnicas oficiais e prestação de serviços de informática, por entidade criada para este fim.		()	()	()
m) Aquisição de peças para manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica.		()	()	()
n) Contratação de Associação de Portadores de Deficiência.		()	()	()
o) Fornecimento de Energia Elétrica e gás		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

natural.		()	()	()
p) Ajuste de parceria com Organizações Sociais				
2) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e justificativas dos motivos excepcionais para dispensa da licitação?	Artigo 26 c/c artigo 38 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
3) Consta justificativa do Objeto/serviço a ser contratado?	Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
4) Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a justificar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte, metodologia ou nome e endereço de pelo menos 03 (três) empresas ou pessoas físicas consultadas, ou ainda, em caso de inviabilidade de competição, Notas Fiscais/Faturas do fornecedor/executor demonstrando que o preço cobrado do Município é compatível com o cobrado por terceiros para o mesmo objeto.	Artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
5) Consta pedido assinado por Diretor ou Secretário para abertura do processo, bem como parecer prévio do órgão, fundamentado os motivos excepcionais para a inexigibilidade da licitação?	Artigo 38, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
6) Os recursos orçamentários previstos estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria da programação?	Artigo 16, Incisos I e II da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (LRF)	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7) Consta o projeto básico e/ou planilha de custos elaborados pelo órgão ou entidade responsável em caso de contratação de obra ou serviços?	Artigo 7º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()
8) Consta a minuta do termo de contrato, previamente aprovada pela Procuradoria Geral do Município, com as seguintes cláusulas:	Artigos 55, parágrafo 2º; e 62 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.			
a) Onde estão estabelecidas as condições de pagamento, cronograma de desembolso máximo por período e penalizações por eventuais atrasos?		()	()	()
b) Onde foram estabelecidas as condições de recebimento do objeto do contrato?		()	()	()
c) Onde foram estabelecidos formas e condições de reajustamento dos preços?		()	()	()
d) Onde Consta o regime de execução e a forma de fornecimento?		()	()	()
e) Onde consta os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso?		()	()	()
f) Onde constam os direitos, as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas?		()	()	()
g) Onde consta as hipóteses de rescisão?		()	()	()
h) Onde constam a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos?		()	()	()
i) Onde constam a obrigação do contratado de manter, durante toda a		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação?		()	()	()
j) Onde consta foro competente para dirimir qualquer questão contratual?		()	()	()
8) consta parecer prévio da área técnica e/ou do órgão, fundamentando os motivos excepcionais para dispensa da licitação?	Artigo 38, inciso VI, parágrafo único, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta contrato ou nota de empenho de despesas, o objeto refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral e/ou valores inferiores aos limites estabelecidos para tomada de preços e concorrência, desde que não resultem em obrigações futuras?	Artigo 62 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
10) Consta documentação atualizada relativa a habilitação jurídica, quando for o caso?	Artigo 28 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
11) Consta documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista?	Artigo 29 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
12) Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso?	Artigo 30 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
13) Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Artigo 31 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
14) Consta parecer jurídico e aprovação jurídica da minuta do contrato?	Artigo 38, parágrafo único, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

15) Consta autorização da contratação expedida tempestivamente e pela autoridade competente? (vide exceção contida nos incisos I e II do artigo 24 da Lei de Licitações)	Artigo 26 da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
16) Consta publicação, tempestiva, da retificação do procedimento de inexigibilidade no Diário Oficial do Município (no prazo de 05 dias)?	Artigo 26 da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
17) Consta cópia do Termo de Contrato e Publicação do Extrato, quando for o caso?	Artigo 61, parágrafo único, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
18) Consta documento que comprova a comunicação da empresa quanto a entrega dos serviços, quando for o caso?	Artigo 73, Inciso I, alínea "b", da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
19) Foi indicado o servidor responsável pela acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado?	Artigo 67 c/c artigo 73, Inciso I, alínea "a", da lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()
20) O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido na Lei de Licitações e Contratos, está confiada a uma Comissão de no mínimo 03 (três) membros? (quando for o caso)	Artigo 15, parágrafo 8º, da lei Federal nº 8.666/93	()	()	()
21) Houve previsão de aplicação da penalidade administrativa por inexecução do contrato (na minuta anexa ao edital)?	Artigos 87 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
22) Houve previsão de rescisão de contrato, com regras que exigem a motivação do ato, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa (na minuta anexa ao edital)?	Artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

23) No caso desta modalidade de certame o edital e o contrato(minuta) previu a divulgação mensal das compras no Diário Oficial?	Artigo 16 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.3. MODELO DE CHECK-LIST DE LICITAÇÃO - CONVITE

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

4. CONVITE Nº:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação sucinta do objeto e do recurso próprio?	Artigo 38 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
2) O enquadramento dos valores para a definição da modalidade do certame foi observado?	Artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
3) A cada novo certame com objeto idêntico ou assemelhado, e existindo na praça mais de 03 (três) possíveis interessados, foi convidado mais um fornecedor, até o limite do cadastro?	Artigo 22, parágrafo 6º, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
4) Quando do não comparecimento do mínimo três convidados, caso não tenha havido a repetição do convite, houve justificativas?	Artigo 22, parágrafo 7º, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5) O Convite não contém cláusulas ou condições restritivas, tais como:	Artigo 3º; 7º, inciso IV, parágrafo 5º; 22, 31 e 58 da Lei Federal nº 8.666/93.			
a) Preferência de marcas, ou de características exclusivas, sem similaridade.		()	()	()
b) Referência ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio.		()	()	()
c) Distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras.		()	()	()
d) Obrigação do licitante de obter recursos.		()	()	()
e) Obrigação de fornecer materiais ou serviços sem previsão de quantidade ou em desacordo com o previsto (que não façam parte do escopo do serviço).		()	()	()
f) Criar ou combinar modalidade de licitação.		()	()	()
g) Limitar no tempo, época ou local a comprovação da atividade.		()	()	()
h) Exigir valores mínimos de faturamento anteriores e índices de rentabilidade ou lucratividade.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

i) Contrato com vigência indeterminada.		()	()	()
j) Outras situações que possam inibir ou restringir a competitividade.		()	()	()
6) Na habilitação foram respeitados os limites e percentuais previstos em lei, referentes a garantias nas contratações e qualificação econômico-financeira?	Artigos 31 e 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()
7) Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e metodologia, ou nome e endereço de pelo menos 03 (três) empresas ou pessoas consultadas?	Artigo 7º, c/c artigo 15, inciso V, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
8) Em caso de obras e serviços, existem planilhas que expressam a composição de todos os custos unitários do objeto?	Artigo 7º, parágrafo 2º, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) Entre os concorrentes, houve a participação:	Artigo 9º da lei Federal nº 8.666/93.			
a) Dos autores do Projeto Básico ou executivo, empresa ou pessoas físicas?		()	()	()
b) de Servidores ou Dirigentes de Órgãos ou Entidades contratantes ou responsáveis pela Licitação?		()	()	()
10) Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo?	Artigo 14 do Decreto Municipal nº	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	22.167/2013. Artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal Complementar 101/2000 - LRF			
11) Há indícios de fracionamento para direcionar a definição da modalidade de licitação?	Artigo 23, parágrafo 5º da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
12) Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado?	Artigo 14; Artigo 38, caput; e artigo 40, inciso I, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
13) Os recursos orçamentários estão previstos na LOA e PPA?	Artigo 16, incisos I e II, da Lei Federal Complementar 101/200 (LRF)	()	()	()
14) Consta Projeto Básico e planilha de custos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso?	Artigo 7º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
15) Foi definido o local para a aquisição e exame do projeto básico?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
16) Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação – responsável pelo convite?	Artigo 38, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93	()	()	()
17) Consta comprovantes de publicação de aviso de abertura do certame e disponibilização do edital?	Artigo 21 c/c Artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
18) Consta edital e respectivos anexos no processo?	Artigo 38, inciso I c/c artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	alterações.			
19) Consta minuta do termo de contrato, quando for o caso de obrigações futuras?	Artigo 62, caput e parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
20) Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta contrato ou nota de empenho de despesa, o objeto da licitação refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral (até 30 dias)?	Artigo 62, parágrafo 4º, caput e parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
21) O prazo estabelecido para a publicação do ato convocatório foi cumprido? Foram respeitados os prazos para abertura do convite (5 dias úteis da última publicação)?	Artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
22) Consta comprovante do cadastramento das pessoas jurídicas ou físicas convidadas?	Artigo 22, parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
23) Consta parecer prévio da área técnica e/ou jurídica do órgão, no caso de contratação que exija obrigações futuras?	Artigo 38, inciso VI e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
24) Consta comprovante de entrega dos convites aos convidados?	Artigo 22, parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
25) O órgão ou entidade promotora do certame dispõe de quadro de avisos onde regularmente são divulgadas, dentre outras informações, cópias do convite, afixado em local público e de fácil acesso com indicação do local em que poderão ser obtidas todas as	Artigo 22, parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

informações?				
26) Consta registro do horário em que houve a manifestação de interesse dos licitantes não convidados inicialmente, quando for o caso?	Artigo 22, parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
27) Estão estabelecida as condições de pagamento, cronograma de desembolso máximo por período?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
28) Existem instruções e normas para os recursos previstos na Lei de Licitações?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
29) Foram estabelecidas condições de recebimento do objeto da licitação?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
30) Foram estabelecidos prazos e condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente?	Artigos 40 e 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
31) Há previsão de sanções para o caso de inadimplemento?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
32) Constan originais das propostas e demais documentos que a instruíram?	Artigo 38, inciso IV e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
33) A data de recebimento das propostas confere com a data estipulada no respectivo ato convocatório?	Artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
34) Os preços que constam da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial?	Artigo 43, inciso IV e parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
35) houve empate de duas ou mais propostas resolvido de acordo com os critérios previstos no ato convocatório?	Artigo 45, inciso IV e parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	suas alterações.			
36) Consta documentação atualizada relativa a habilitação jurídica?	Artigo 28 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
37) Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista?	Artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
38) Consta documentação relativa a qualificação técnica, quando for o caso?	Artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
39) Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Artigo 31 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
40) Na documentação exigida em Edital foi acrescida alguma exigência não prevista em lei, dificultando a livre participação e competição?	Artigo 30, parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
41) Consta ata de abertura do certame indicando: os nomes dos licitantes interessados; o resultado da análise dos documentos de habilitação e, conforme o caso, das propostas vencedoras?	Artigo 38, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
42) Inexistindo publicação, consta na ata de julgamento comunicação direta da intimação do resultado a todos os prepostos dos licitantes, para efeito de recurso, inclusive em caso de propostas abertas em fase separada de habilitação?	Artigo 109, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
43) Os eventuais recursos foram julgados e juntados ao processo?	Artigo 38, inciso VIII, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
44) Os prazos de apresentação e análise dos eventuais recursos foram observados?	Artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

45) Consta ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação?	Artigo 38, inciso VII c/c Artigo 43, inciso VI, ambos da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
46) Houve previsão de aplicação da penalidade administrativa por inexecução do contrato(na minuta anexa ao edital)?	Artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
47) Houve previsão de rescisão de contrato, com regras que exigem a motivação do ato e assegura o contraditório e ampla defesa (na minuta anexa ao edital)?	Artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
48) No caso desta modalidade de certame o edital e o contrato(minuta) previu a divulgação mensal das compras no Diário Oficial?	Artigo 16 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.4. MODELO DE CHECK-LIST DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

4. TOMADA DE PREÇOS Nº:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação sucinta do objeto e do recurso próprio?	Artigo 38 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
2) O enquadramento dos valores para a definição da modalidade do certame foi observado?	Artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
3) A investidura dos membros da comissão está de acordo com a lei?	Artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
4) Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação?	Artigo 38, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
5) Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e metodologia, ou nome e endereço de pelo menos 03 (três) empresas ou pessoas consultadas?	Artigo 7º, parágrafo II, inciso II, c/c artigo 15, inciso V, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
No Caso de obras e serviços de engenharia, orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

de todos os custos unitários?				
6) Consta parecer prévio da Área Técnica e Jurídica do órgão?	Artigo 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
7) Consta comprovantes de publicação do aviso de abertura do certame e edital?	Artigo 21, c/c Artigo 38 inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
8) Foram respeitados os prazos estabelecido para a abertura do certame, da publicação do edital e realização da licitação?	Artigo 21, paragrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) Foi definido o local para a aquisição e exame do projeto básico?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
10) Consta o Edital e respectivos anexos?	Artigo 38, c/c Artigos 40 e 47, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
11) A Licitação não contém cláusulas ou condições restritivas, tais como:	Artigo 3º; 7º, inciso IV, parágrafo 5º; 22, 31 e 58 da Lei Federal nº 8.666/93.			
a) Preferência de marcas, ou de características exclusivas, sem similaridade.		()	()	()
b) Referência ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio.		()	()	()
c) Distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

d) Obrigação do licitante de obter recursos.		()	()	()
e) Obrigação de fornecer materiais ou serviços sem previsão de quantidade ou em desacordo com o previsto (que não façam parte do escopo do serviço).		()	()	()
f) Criar ou combinar modalidade de licitação.		()	()	()
g) Limitar no tempo, época ou local a comprovação da atividade.		()	()	()
h) Exigir valores mínimos de faturamento anteriores e índices de rentabilidade ou lucratividade.		()	()	()
i) Contrato com vigência indeterminada.		()	()	()
j) Outras situações que possam inibir ou restringir a competitividade.		()	()	()
12) Foram respeitados os limites e percentuais previstos em lei, referentes a garantias nas contratações e qualificação econômico-financeira?	Artigos 31 e 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()
13) Entre os concorrentes, houve a participação:	Artigo 9º da lei Federal nº 8.666/93.			



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

a) Dos autores do Projeto Básico ou executivo, empresa ou pessoas físicas?		()	()	()
b) de Servidores ou Dirigentes de Órgãos ou Entidades contratantes ou responsáveis pela Licitação?		()	()	()
14) Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo?	Artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal Complementar 101/2000 - LRF Artigo 14 do Decreto Municipal nº 22.167/2013.	()	()	()
15) Há indícios de fracionamento para direcionar a definição da modalidade de licitação?	Artigo 23, parágrafo 5º da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
16) Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado?	Artigo 14; Artigo 38, caput; e artigo 40, inciso I, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
17) Os recursos orçamentários estão previstos na LOA e PPA?	Artigo 16, incisos I e II, da Lei Federal Complementar 101/200 (LRF)	()	()	()
18) Consta Projeto Básico e orçamento detalhado em planilha de custos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso?	Artigo 7º c/c artigo 40, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
19) Consta comprovante do cadastramento dos licitantes	Artigo 22, parágrafo 2º da Lei Federal nº	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

interessados inclusive informação de que os não cadastrados apresentaram todas as condições exigidas e necessárias para a sua qualificação?	8.666/93 e suas alterações.			
20) Consta minuta do termo de contrato, previamente examinado e aprovado por parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município – PGM?	Artigo 38, inciso X e parágrafo único; c/c Artigo 40, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
21) Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta contrato ou nota de empenho de despesa, o objeto da licitação refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral (até 30 dias)?	Artigo 62, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
22) Os critérios para julgamento estão disposto no edital de forma clara e com parâmetros objetivos? As exigências contidas no edital e os critérios de julgamento estabelecidos foram observados por ocasião do julgamento?	Artigo 40 e 41 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	() ()	() ()	() ()
23) Consta do edital indicação dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos a licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
24) Consta do edital indicação do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços mínimos, critério estatísticos ou faixas de variação referente ao preço de referência?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

25) Consta do Edital critérios de reajuste de preços, quando for o caso?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
26) Estão estabelecida as condições de pagamento, cronograma de desembolso máximo por período?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
27) Existem instruções e normas para interposição de recursos pelas empresas licitantes?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
28) Foram estabelecidas condições de recebimento do objeto da licitação?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
29) Foram estabelecidos prazos e condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente?	Artigos 40 e 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
30) Há previsão de sanções para o caso de inadimplemento?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
31) A data de recebimento das propostas confere com a data estipulada no respectivo ato convocatório?	Artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
32) Constam originais das propostas e demais documentos que a instruíram?	Artigo 38, inciso IV e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
33) Os preços que constam da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial?	Artigo 43, inciso IV e parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
34) houve empate de duas ou mais propostas?	Artigo 45, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
Em caso de empate foi resolvido de acordo com os critérios previstos no ato convocatório?		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

35) Consta documentação atualizada relativa a habilitação jurídica?	Artigo 28 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
36) Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista?	Artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
37) Consta documentação relativa a qualificação técnica, quando for o caso?	Artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
38) Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Artigo 31 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
39) Na documentação exigida em Edital foi acrescida alguma exigência não prevista em lei, dificultando a livre participação e competição?	Artigo 30, parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
40) Consta ata de abertura do certame indicando: os nomes dos licitantes interessados; o resultado da análise dos documentos de habilitação e, conforme o caso, das propostas vencedoras?	Artigo 38, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
41) A Ata /termo de julgamento do certame foi publicada no Diário Oficial do Município?	Artigo 109, parágrafo 1º, c/c Artigo 44, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
42) Inexistindo publicação, consta na ata de julgamento comunicação direta da intimação do resultado a todos os prepostos dos licitantes, para efeito de recurso, inclusive em caso de propostas abertas em fase separada de habilitação?	Artigo 109, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
43) Os eventuais recursos, bem como os relatórios, manifestações e documentos que os embasaram foram juntados ao	Artigo 38, inciso VIII, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

processo?				
44) Os prazos de apresentação e análise dos eventuais recursos foram observados?	Artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
45) Consta ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação?	Artigo 38, inciso VII c/c Artigo 43, inciso VI, ambos da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
46) No Edital e Minuta do Contrato houve previsão de aplicação da penalidade administrativa por inexecução do contrato?	Artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
47) No Edital e Minuta do Contrato houve previsão de rescisão de contrato, com regras que exigem a motivação do ato e assegura o contraditório e ampla defesa?	Artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
48) O edital e o contrato(minuta) previram a divulgação mensal das compras no Diário Oficial?	Artigo 16 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.5. MODELO DE CHECK-LIST DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

4. CONCORRÊNCIA Nº:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação sucinta do objeto e do recurso próprio?	Artigo 38, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
2) O enquadramento dos valores para a definição da modalidade do certame foi observado?	Artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
3) A investidura dos membros da comissão está de acordo com a lei?	Artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
4) Consta cópia do ato de designação da comissão de licitação?	Artigo 38, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
5) Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e metodologia, ou nome e endereço de pelo menos 03 (três) empresas ou pessoas consultadas?	Artigo 7º, parágrafo II, inciso II, c/c artigo 15, inciso V, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
No Caso de obras e serviços de		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

engenharia, orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários?				
6) Consta parecer prévio da Área Técnica e Jurídica do órgão?	Artigo 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
7) Consta comprovantes de publicação do aviso de abertura do certame e edital?	Artigo 21, c/c Artigo 38 inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
8) Foram respeitados os prazos estabelecido para a abertura do certame, da publicação do edital e realização da licitação?	Artigo 21, paragrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) Foi definido o local para a aquisição e exame do projeto básico?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
10) Consta o Edital e respectivos anexos?	Artigo 38, c/c Artigos 40 e 47, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
11) A Licitação não contém cláusulas ou condições restritivas, tais como:	Artigo 3º; 7º, inciso IV, parágrafo 5º; 22, 31 e 58 da Lei Federal nº 8.666/93.			
a) Preferência de marcas, ou de características exclusivas, sem similaridade.		()	()	()
b) Referência ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio.		()	()	()
c) Distinção entre empresas brasileiras e				



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

estrangeiras.		()	()	()
d) Obrigação do licitante de obter recursos.		()	()	()
e) Obrigação de fornecer materiais ou serviços sem previsão de quantidade ou em desacordo com o previsto (que não façam parte do escopo do serviço).		()	()	()
f) Criar ou combinar modalidade de licitação.		()	()	()
g) Limitar no tempo, época ou local a comprovação da atividade.		()	()	()
h) Exigir valores mínimos de faturamento anteriores e índices de rentabilidade ou lucratividade.		()	()	()
i) Contrato com vigência indeterminada.		()	()	()
j) Outras situações que possam inibir ou restringir a competitividade.		()	()	()
12) Foram respeitados os limites e percentuais previstos em lei, referentes a garantias nas contratações e qualificação econômico-financeira?	Artigos 31 e 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

13) Entre os concorrentes, houve a participação:	Artigo 9º da lei Federal nº 8.666/93.			
a) Dos autores do Projeto Básico ou executivo, empresa ou pessoas físicas?		()	()	()
b) De Servidores ou Dirigentes de Órgãos ou Entidades contratantes ou responsáveis pela Licitação?		()	()	()
14) Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo?	Artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal Complementar 101/2000 - LRF Artigo 14 do Decreto Municipal nº 22.167/2013.	()	()	()
15) Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado?	Artigo 14; Artigo 38, caput; e artigo 40, inciso I, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
16) Os Recursos orçamentários previstos estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria da programação?	Artigo 16, incisos I e II da Lei Federal Complementar 101/2000 (LRF).	()	()	()
17) Constam Projeto Básico e orçamento detalhado em planilha de custos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso?	Artigo 7º c/c artigo 40, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
18) Os interessados em participar da licitação possuem todos os requisitos mínimos de qualificação exigidos no	Artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

edital para a condição de participação?				
19) Consta minuta do termo de contrato, previamente examinado e aprovado por parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município – PGM?	Artigo 38, inciso X e parágrafo único; c/c Artigo 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
20) Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta contrato ou nota de empenho de despesa, o objeto da licitação refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral?	Artigo 62, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
21) Os critérios para julgamento estão dispostos no edital de forma clara e com parâmetros objetivos?	Artigo 40 e 41 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
As exigências contidas no edital e os critérios de julgamento estabelecidos foram observados?		()	()	()
22) Consta do edital indicação dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos a licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
23) Consta do edital indicação do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços mínimos, critério estatísticos ou faixas de variação referente ao preço de referência?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
24) Constam do Edital critérios de reajuste de preços, quando for o caso?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

25) Estão estabelecida as condições de pagamento, cronograma de desembolso máximo por período, critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamento, bem assim exigência de seguro, quando for o caso?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
26) Existem instruções e normas para interposição de recursos pelas empresas licitantes?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
27) Foram estabelecidas condições de recebimento do objeto da licitação?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
28) Foram estabelecidos prazos e condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nos termos do artigo 64 da Lei de Licitações?	Artigos 40 e 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
29) Há previsão de sanções para o caso de inadimplemento?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
30) A data de recebimento das propostas confere com a data estipulada no respectivo ato convocatório?	Artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
31) Constam originais das propostas e demais documentos que a instruíram?	Artigo 38, inciso IV e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
32) Os preços que constam da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial?	Artigo 43, inciso IV e parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

33) houve empate de duas ou mais propostas? Em caso de empate foi resolvido de acordo com os critérios previstos no ato convocatório?	Artigo 45, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	() ()	() ()	() ()
34) Consta documentação atualizada relativa a habilitação jurídica?	Artigo 28 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
35) Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista?	Artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
36) Consta documentação relativa a qualificação técnica, quando for o caso?	Artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
37) Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Artigo 31 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
38) Na documentação exigida em Edital foi acrescida alguma exigência não prevista em lei, dificultando a livre participação e competição?	Artigo 30, parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
39) Consta ata de abertura do certame indicando: os nomes dos licitantes interessados; o resultado da análise dos documentos de habilitação e, conforme o caso, das propostas vencedoras?	Artigo 38, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
40) Consta Planilha de Julgamento?	Artigo 43, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
41) O Termo de Julgamento do certame foi publicado no Diário Oficial do Município?	Artigo 109, parágrafo 1º, c/c Artigo 44, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	suas alterações.			
42) Inexistindo publicação, consta na ata de julgamento comunicação direta da intimação do resultado a todos os prepostos dos licitantes, para efeito de recurso, inclusive em caso de propostas abertas em fase separada de habilitação?	Artigo 109, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
43) Os eventuais recursos, bem como os relatórios, manifestações e documentos que os embasaram foram juntados ao processo?	Artigo 38, inciso VIII, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
44) Os prazos de apresentação e análise dos eventuais recursos foram observados?	Artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
45) Consta ato de homologação e adjudicação do objeto da licitação?	Artigo 38, inciso VII c/c Artigo 43, inciso VI, ambos da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
46) O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido na Lei de Licitações e Contratos na modalidade convite, está confiada a uma Comissão de Recebimento composta por no mínimo 03 (três) membros?	Artigo 15, parágrafo 8º, da lei Federal nº 8.666/93	()	()	()
47) Na minuta do Contrato (anexa ao Edital) houve previsão de aplicação da penalidade administrativa por inexecução do contrato?	Artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
48) Na minuta do Contrato (anexa ao Edital) houve previsão de rescisão de contrato, com regras que exigem a motivação do ato e assegura o contraditório e ampla defesa?	Artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.6. MODELO DE CHECK-LIST DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

4. PREGÃO PRESENCIAL Nº:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação sucinta do objeto e do recurso próprio?	Artigo 38, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
2) Foi designado pela SMAD, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do Pregão e a equipe de apoio? Consta cópia do Ato de designação publicada no Diário Oficial do Município?	Artigo 3º, inciso IV e seus parágrafos, da Lei Federal nº 10.520/2002.	() ()	() ()	() ()
3) Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) ou critérios para estipular o valor do bem ou serviço a ser executado?	Artigo 7º c/c artigo 15, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
4) Consta parecer prévio da Área Técnica e Jurídica do órgão?	Artigo 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
5) Constam comprovantes de publicação do aviso de abertura do certame e edital?	Artigo 21, c/c Artigo 38 inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
6) Foi definido o local para a aquisição e	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

exame do projeto básico?	alterações.			
7) Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo?	Artigo 14 do Decreto Municipal nº 22.167/2013. Artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal Complementar 101/2000 - LRF	()	()	()
8) Consta demonstração, detalhamento, finalidade do objeto/serviço a ser adquirido ou contratado?	Artigo 3º, inciso I, da Lei Federal nº 10.520/2002. Artigo 14; Artigo 38, caput; e artigo 40, inciso I, da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) Os recursos orçamentários estão previstos na LOA e PPA?	Artigo 16, incisos I e II, da Lei Federal Complementar 101/200 (LRF)	()	()	()
10) Consta Projeto Básico e orçamento detalhado em planilha de custos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso?	Artigo 7º c/c artigo 40, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
11) Consta o Edital e minuta do instrumento de contrato?	Artigo 38, inciso I c/c Artigos 40 e 47, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

12) A licitação não contém cláusulas ou condições restritivas, tais como:	Artigo 3º; 7º, inciso IV, parágrafo 5º; 22, 31 e 58 da Lei Federal nº 8.666/93.			
a) Preferência de marcas, ou de características exclusivas, sem similaridade.		()	()	()
b) Referência ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio.		()	()	()
c) Distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras.		()	()	()
d) Obrigação do licitante de obter recursos.		()	()	()
e) Obrigação de fornecer materiais ou serviços sem previsão de quantidade ou em desacordo com o previsto (que não façam parte do escopo do serviço).		()	()	()
f) Criar ou combinar modalidade de licitação.		()	()	()
g) Limitar no tempo, época ou local a comprovação da atividade.		()	()	()
h) Exigir valores mínimos de faturamento anteriores e índices de rentabilidade ou lucratividade.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

i) Contrato com vigência indeterminada.		()	()	()
j) Outras situações que possam inibir ou restringir a competitividade.		()	()	()
13) Foi respeitado o prazo mínimo para abertura do certame (mínimo 8 dias úteis a partir da publicação do aviso)?	Artigo 4º, inciso V, da Lei Federal nº 10.520/2002.	()	()	()
14) O procedimento de registro da taxa de venda de Edital está correto e os valores limitados ao custo de reprodução de cópias, se for o caso?	Artigo 32, parágrafo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
15) Foram respeitados os limites e percentuais previstos em lei, referentes a garantias nas contratações e qualificação econômico-financeira?	Artigos 31 e 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()
16) Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta contrato ou nota de empenho de despesa, o objeto da licitação refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral?	Artigo 62, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
17) Os critérios para julgamento estão disposto no edital de forma clara e com parâmetros objetivos?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
18) Constam do edital indicação dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos a licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ao cumprimento do objeto?				
19) Constam do edital indicação do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços mínimos, critério estatísticos ou faixas de variação referente ao preço de referência?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
20) Consta do Edital critérios de reajuste de preços, quando for o caso?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
21) Estão estabelecida as condições de pagamento, cronograma de desembolso máximo por período, critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamento, bem assim exigência de seguro, quando for o caso?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
22) Existem instruções e normas para interposição de recursos pelas empresas licitantes?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
23) Foram estabelecidas condições de recebimento do objeto da licitação?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
24) Foram estabelecidos prazos e condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nos termos do artigo 64 da Lei de Licitações?	Artigos 40 e 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
25) Há previsão de sanções para o caso de inadimplemento?	Artigo 40; Artigo 7, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

26) A data de recebimento das propostas confere com a data estipulada no respectivo ato convocatório?	Artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
27) Consta credenciamento dos representantes legais dos licitantes, mediante a apresentação de documentos que comprovem possuir poderes para formulação de propostas e para os demais atos inerentes ao pregão?	Artigo 4º, inciso VI, da Lei Federal nº 10.520/2002.	()	()	()
28) Consta Declaração dos licitantes dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação?	Artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002.	()	()	()
29) Constan originais das propostas e demais documentos que a instruíram?	Artigo 38, inciso IV e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
30) Os preços que constam da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial?	Artigo 43, inciso IV e parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
31) houve empate de duas ou mais propostas? Em caso de empate foi resolvido de acordo com os critérios previstos no ato convocatório?	Artigo 45, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	() ()	() ()	() ()
32) Entre os concorrentes, houve a participação:	Artigo 9º da lei Federal nº 8.666/93.			
a) Dos autores do Projeto Básico ou executivo, empresa ou pessoas físicas?		()	()	()
b) De Servidores ou Dirigentes de Órgãos ou Entidades contratantes ou				



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

responsáveis pela Licitação?		()	()	()
33) Consta documentação atualizada relativa a habilitação jurídica?	Artigo 28 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
34) Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista?	Artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
35) Consta documentação relativa a qualificação técnica, quando for o caso?	Artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
36) Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Artigo 31 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
37) Na documentação exigida em Edital foi acrescida alguma exigência não prevista em lei, dificultando a livre participação e competição?	Artigo 30, parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
38) Constam na ata do certame: os nomes dos licitantes, dos seus representantes legais, o resultado da análise dos documentos de habilitação e das propostas e os preços escritos, os lances verbais apresentados e eventual manifestação de licitante de que irá interpor recurso?	Artigo 38, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
39) Os eventuais recursos, bem como os relatórios, manifestações e documentos que os embasaram foram juntados ao processo?	Artigo 38, inciso VIII, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
40) Os prazos de apresentação e análise dos eventuais recursos foram observados?	Artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
41) Consta ato de homologação e	Artigo 4º, inciso XX, lei	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

adjudicação do objeto ao licitante declarando vencedor pelo pregoeiro, caso tenha havido desistência expressa de todos os demais licitantes da intenção de interpor recursos?	Federal nº 10.520/2002.			
42) Na minuta do Contrato (anexa ao Edital) houve previsão de aplicação da penalidade administrativa por inexecução do contrato?	Artigos 87 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
43) Na minuta do Contrato (anexa ao Edital) houve previsão de rescisão de contrato, com regras que exigem a motivação do ato, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa?	Artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
44) O Termo de Julgamento do certame foi publicado no Diário Oficial do Município?	Artigo 109, parágrafo 1º, c/c Artigo 44, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
45) No caso desta modalidade de certame o edital e o contrato (minuta) previu a divulgação mensal das compras no Diário Oficial?	Artigo 16 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.7. MODELO DE CHECK-LIST DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

4. PREGÃO ELETRÔNICO Nº:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, visto do responsável e indicação sucinta do objeto e do recurso próprio?	Artigo 38, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
2) Foi designado pela SMAD, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do Pregão e a equipe de apoio?	Artigo 3º, inciso IV e seus parágrafos, da Lei Federal nº 10.520/2002.	()	()	()
Consta cópia do Ato de designação publicada no Diário Oficial do Município?	Artigo 7º, inciso VI e seus parágrafos c/c 8º do Decreto Municipal nº 19.302/2014.	()	()	()
3) Consta pesquisa de mercado (cotação de preços) ou critérios para estipular o valor do bem ou serviço a ser executado?	Artigo 7º c/c artigo 15, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
4) Consta parecer prévio da Área Técnica e Jurídica do órgão?	Artigo 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
5) Consta comprovantes de publicação do aviso de abertura do certame e a disponibilidade do edital no Diário Oficial do Município e meios eletrônicos (inclusive e-mail), caso o certame tenha valor	Artigo 21, c/c Artigo 38 inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

estimado até R\$ 650.000,00? Caso o valor estimado seja maior que R\$ 650.000,00 até o limite de R\$ 1.300.000,00: além do Diário Oficial e meio eletrônico, o edital esteve disponível em jornal de grande circulação local? Caso o valor estimado ultrapasse o R\$ 1.300.00,00: além da exigência da disponibilização eletrônica e no Diário Oficial, o edital esteve disponível em jornal de grande circulação regional e nacional?	Artigo 15 do Decreto Municipal nº 19.302/2014.	()	()	()
6) Foi respeitado o prazo mínimo para abertura do certame (mínimo 8 dias úteis a partir da publicação do aviso)?	Artigo 4º, inciso V, da Lei Federal nº 10.520/2002. Artigos 21 e 22 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
7) Foi definido o local para a aquisição e exame do projeto básico?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
8) Consta o Edital e minuta do instrumento de contrato?	Artigo 38, inciso I c/c Artigos 40 e 47, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
9) O Edital não contém cláusulas ou condições restritivas, tais como: a) Preferência de marcas, ou de características exclusivas, sem similaridade.	Artigo 3º; 7º, inciso IV, parágrafo 5º; 22, 31 e 58 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

b) Referência ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio.		()	()	()
c) Distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras.		()	()	()
d) Obrigação do licitante de obter recursos.		()	()	()
e) Obrigação de fornecer materiais ou serviços sem previsão de quantidade ou em desacordo com o previsto (que não façam parte do escopo do serviço).		()	()	()
f) Criar ou combinar modalidade de licitação.		()	()	()
g) Limitar no tempo, época ou local a comprovação da atividade.		()	()	()
h) Exigir valores mínimos de faturamento anteriores e índices de rentabilidade ou lucratividade.		()	()	()
i) Contrato com vigência indeterminada.		()	()	()
j) Outras situações que possam inibir ou restringir a competitividade.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

10) Na habilitação Foram respeitados os limites e percentuais previstos em lei, referentes a garantias nas contratações e qualificação econômico-financeira?	Artigos 31 e 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.	()	()	()
11) Entre os concorrentes, houve a participação:	Artigo 9º da lei Federal nº 8.666/93.			
a) Dos autores do Projeto Básico ou executivo, empresa ou pessoas físicas?		()	()	()
b) De Servidores ou Dirigentes de Órgãos ou Entidades contratantes ou responsáveis pela Licitação?		()	()	()
12) Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo?	Artigo 14 do Decreto Municipal nº 22.167/2013. Artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal Complementar 101/2000 - LRF	()	()	()
13) Os recursos orçamentários estão previstos na LOA e PPA?	Artigo 16, incisos I e II, da Lei Federal Complementar 101/200 (LRF)	()	()	()
14) Constam Projeto Básico e orçamento detalhado em planilha de custos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso?	Artigo 7º c/c artigo 40, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
15) Os critérios para julgamento estão dispostos no edital de forma clara e com parâmetros objetivos?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

16) Consta do Edital do Pregão Eletrônico o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e a hora de sua realização e a indicação de que o pregão será realizado por meio eletrônico?	Artigo 15 do Decreto Municipal nº 19.302/2014.	()	()	()
17) Consta do edital indicação dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos a licitação e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
18) Consta do edital indicação do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços mínimos, critério estatísticos ou faixas de variação referente ao preço de referência?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
19) Consta do Edital critérios de reajuste de preços, quando for o caso?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
20) Existem instruções e normas para interposição de recursos pelas empresas licitantes?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
21) Foram estabelecidas condições de recebimento do objeto da licitação?	Artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
22) Foram estabelecidos prazos e condições para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nos termos do artigo 64 da Lei de Licitações?	Artigos 40 e 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
23) Em caso de substituição do termo de contrato obrigatório por outros documentos hábeis, a exemplo da carta contrato ou nota de empenho de	Artigo 62, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

despesa, o objeto da licitação refere-se a bens a serem adquiridos mediante entrega imediata e integral?	alterações.			
24) No Edital e minuta do Contrato há previsão de sanções para o caso de inadimplemento?	Artigo 40; Artigo 7, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
25) Na documentação exigida em Edital foi acrescida alguma exigência não prevista em lei, dificultando a livre participação e competição?	Artigo 30, parágrafo 5º da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
26) Os preços que constam da proposta vencedora estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme demonstrado na estimativa inicial?	Artigo 43, inciso IV e parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
27) O Licitante detentor da melhor oferta comprovou as condições de habilitação prevista em Edital, com encaminhamento do original ou cópia autenticada da documentação necessária, observados os prazos fixados no instrumento convocatório?	Artigo 24, parágrafos 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 19.302/2014.	()	()	()
28) Constam da ata, o lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações?	Artigo 28, inciso XI, alíneas "a" a "f", do Decreto Municipal nº 19.302/2014.	()	()	()
29) Os eventuais recursos foram julgados, bem como os relatórios, manifestações e documentos que os embasaram foram juntados ao processo?	Artigo 38, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
30) Constam ato de homologação e adjudicação do objeto ao licitante declarando vencedor pelo pregoeiro,	Artigo 4º, inciso XX, Lei Federal nº 10.520/2002.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

caso tenha havido desistência expressa de todos os demais licitantes da intenção de interpor recursos?	Artigo 24, parágrafo 1º, do Decreto Municipal nº 19.302/2014.			
--	---	--	--	--



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.8. MODELO DE CHECK-LIST DE CONTRATOS

1. CONTRATANTE:

2. CONTRATADA:

3. OBJETO:

4. TERMO DE CONTRATO Nº:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) Foram firmados pelas partes e testemunhas e devidamente publicados os seus extratos no Diário Oficial do Município?	Artigo 61 da Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
2) O processo foi devidamente autuado e protocolizado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão, caso seja arquivado apartado do processo de licitação?	Artigo 38, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.	()	()	()
3) Após a homologação da licitação, os interessados foram convocados regularmente para a assinatura do contrato?	Artigo 40 da Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
4) Depois de Empenhados os contratos foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para registro, conforme prevê a legislação?	Instrução Normativa nº 84/2012 TCE PR. Instrução Normativa nº 89/2012 TCE PR.	()	()	()
5) O Contrato estabelecem com clareza e precisão as cláusulas mínimas que definam direitos, obrigações e responsabilidade das partes?	Artigo 54 da Lei Federal 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6) Estão em conformidade com os termos de Edital de Licitação e da proposta a que se vinculam, ou do termo que a dispensou?	Artigo 54 da Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
7) Os contratos possuem cláusulas necessárias que estabeleçam:	Artigo 55 da Lei Federal 8.666/93.			
a) Objeto.		()	()	()
b) Forma de fornecimento, se integral ou parcelado.		()	()	()
c) Regime de execução.		()	()	()
d) Preços e condições de pagamento.		()	()	()
e) Periodicidade e índice de reajustamento.		()	()	()
f) Atualização monetária.		()	()	()
g) prazo e início de entrega.		()	()	()
h) Crédito Orçamentário pela qual ocorrerá a despesa.		()	()	()
i) Previsão de casos de revisão.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

j) Casos e hipóteses de rescisão.		()	()	()
l) Legislação aplicável.		()	()	()
m) Condições de Importação e taxa de câmbio, quando for o caso.		()	()	()
n) prestação de garantia desde que estabelecida no Edital de Licitação e no limite permitido em Lei.		()	()	()
o) Cláusulas de penalidade.		()	()	()
p) Foro da sede da administração para dirimir questões relativas ao contrato.		()	()	()
8) As prorrogações de prazo de duração dos contratos foram devidamente justificadas e obedecem aos prazos previstos em lei?	Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) As prorrogações dos serviços essenciais estão devidamente caracterizadas e previamente autorizadas?	Artigo 57 da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
10) Todas as alterações contratuais de prazos, acréscimos, supressões e outros foram objetos de Termos Aditivos numerados sequencialmente e devidamente publicados os seus extratos no Diário Oficial do Município.	Artigos 60 e 61 da lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

11) Houve contrato modificado ou até mesmo rescindido com aplicação de penalidade? Em caso positivo, este fato ocorreu de acordo com a legislação em vigor?	Artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.	() ()	() ()	() ()
12) No caso de aditamentos estes obedeceram aos limites de supressões e acréscimos permitidos pela legislação?	Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
13) Houve fato superveniente que após a apresentação da proposta com comprovada repercussão nos preços contratados implicaram na revisão destes para mais ou para menos (realinhamento de preços)	Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
14) a) Foi designado Fiscal do Contrato?	Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
15) Em casos de vícios e defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, o contratado foi obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir materiais ou serviços?	Artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
16) No pagamento das parcelas ou do valor integral do contrato, em especial naqueles relativos à prestação de serviços, esta sendo exigida a comprovação do recolhimento dos tributos e dos encargos trabalhistas e previdenciários, em razão da solidariedade dos administradores públicos enquanto responsáveis pelas direções estratégicas dos órgãos e entidades do Poder Executivo?	Artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
17) O recebimento do objeto contratado	Artigo 73 da Lei Federal	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ocorreu de forma provisória ou definitiva após a verificação da qualidade e quantidade contratada?	nº 8.666/93.			
18) Foi lavrado Termo de Recebimento do material ou serviço contratado?	Artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
19) O Termo de Recebimento Provisório foi dispensado somente nos casos previstos em lei?	Artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
20) As obras, serviços ou materiais em desacordo com o contratado ou adquirido foram rejeitados pela Administração Pública?	Artigo 76 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
21) a) Houve rescisão de contrato?	Artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
b) Em caso positivo, esta fundamentada nos casos previstos em lei?		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.9. MODELO DE CHECK-LIST DE CONVÊNIOS

1. CONVENIENTE:

2. CONVENIADA:

3. OBJETO:

4. TERMO DE CONVÊNIO Nº:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) a) Trata-se de ajuste apenas entre Entes Públicos ou entidades a ela vinculadas (Municípios, Estado e União)?	Artigo 199, parágrafo 1º da CF de 1988.	()	()	()
b) Caso de ajustes com entidades privadas trata-se apenas de instituição sem fins lucrativos, que atua na área de saúde, mediante a realização de prévio credenciamento, em conformidade com a Constituição e Lei de Licitações?	Artigo 84 e 84-A da Lei Federal nº 13.019. Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
2) Consta do processo justificativa do órgão interessado indicando os motivos da celebração do ajuste?	Artigo 116, caput, da Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
3) Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo?	Artigo 14 do Decreto Municipal nº 22.167/2013. Artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal Complementar 101/2000 - LRF	()	()	()
4) Em caso de entidade privada na área de saúde, de forma complementar, nos termos da lei, foi realizado prévio credenciamento?	Artigo 116, caput, da Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
5) Em caso de entidade privada, nos termos da lei, constam cópias dos	Lei Federal 8.666/93.			



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

seguintes requisitos e documentos:				
a) Estatuto social atualizado da entidade conveniada.		()	()	()
b) A finalidade estatutária confere com o objeto do convênio?		()	()	()
c) Consta Ata de Eleição da atual diretoria?		()	()	()
d) Consta comprovante de inscrição no CNPJ?		()	()	()
e) Consta declaração do dirigente da entidade de que não há membros da diretoria da entidade que são servidores do município?		()	()	()
f) Foram apresentada certidões de regularidade fiscal perante a União, Estado do Paraná e Município?		()	()	()
g) Foi apresentado certidão de regularidade perante o FGTS?		()	()	()
h) Foi apresentado certidão de regularidade perante o INSS?		()	()	()
i) Foi apresentado balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis da entidade?		()	()	()
6) Constam do Plano de Trabalho, atendendo os seguintes tópicos:	Artigo 116 da Lei Federal 8.666/93.			
a) Descrição completa do objeto a ser executado.		()	()	()
b) Descrição das metas a serem atingidas, quantitativa e qualitativa.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

c) Etapas ou fases de execução do objeto.		()	()	()
d) Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo conveniente e contrapartida financeira do conveniado, se for o caso.		()	()	()
e) Cronograma de desembolso.		()	()	()
f) Previsão do início e fim da execução do objeto.		()	()	()
7) Consta aprovação prévia, pelo órgão responsável, do Plano de Trabalho?	Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
8) Consta a justificativa dos valores repassados?	Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
9) Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal:	Artigo 16 da Lei Complementar Federal 101/2000 - LRF			
a) Consta demonstração de existência de estimativa do impacto orçamentário?		()	()	()
b) Consta declaração do ordenador de despesas, atestando adequação com o PPA, LDO LOA?		()	()	()
10) Consta parecer técnico-jurídico quanto à possibilidade de celebração do convênio e análise da minuta pela PGM – Procuradoria Geral do Município?	Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
11) Consta Ato de Autorização da celebração do convênio e respectiva publicação no Diário Oficial do Município?	Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
12) Consta termo de convênio com seguintes tópicos:	Lei Federal 8.666/93.			
a) Número do termo.	Princípios do Direito Administrativo.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

b) Data de assinatura do termo.		()	()	()
c) Período de vigência.		()	()	()
d) A descrição das metas a serem atingidas.		()	()	()
e) Etapas ou fase de execução do objeto se for o caso.		()	()	()
f) Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo conveniente e contrapartida financeira do conveniado.		()	()	()
g) Cronograma de desembolso.		()	()	()
h) Previsão de início e fim da execução do objeto e da conclusão das etapas ou fases.		()	()	()
i) Elemento econômico da despesa empenhada.		()	()	()
j) Atribuições do Conveniente e Conveniada.		()	()	()
l) Autorização dos pagamentos e forma de realização.		()	()	()
m) Formas de prestação de contas.		()	()	()
n) Formas de Acompanhamento da Execução do convênio e responsável(eis)?		()	()	()
o) Cláusula sobre denúncia do convênio.		()	()	()
13) Consta notificação da celebração do convênio ao Poder Legislativo?	Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
14) Há comprovação de conta bancária específica (recursos vinculados)	Lei Federal 8.666/93. Lei Complementar	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

	Federal 101/2000 – LRF.			
15) Foram apresentadas as notas de empenho vinculadas ao convênio?	Lei Federal 8.666/93.	()	()	()
16) Existem representação, denúncia, exame prévio acerca do convênio?	Legislação e demais normas do TCE/PR.	()	()	()
17) Em caso de Aditamento ou Prorrogações foram observados:	Lei Federal 8.666/93. Princípios do Direito Administrativo.			
a) Justificativa do órgão interessado indicando os motivos do Aditamento ou prorrogação?		()	()	()
b) Plano de Trabalho, elaborado pelo órgão ou entidade interessada, nos termos do artigo 116 da Lei das Licitações?		()	()	()
c) Documento de constituição do órgão ou entidade caso tenha ocorrido alterações durante a execução do convênio?		()	()	()
d) Inscrição atualizada da Entidade no CNPJ, quando for o caso?		()	()	()
e) Ata de eleição da atual diretoria, comprovando a representação legal, caso tenha ocorrido alterações durante a execução do convênio, quando for o caso de convênio com entidades privadas, nos termos da lei?		()	()	()
f) Indicação de dotação orçamentária?				
g) Registro SIM (Sistema de Informações Municipais – TCE/PR)?		()	()	()
h) Verificação de disponibilidade do recurso orçamentário pela Secretaria		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Municipal da Fazenda?		()	()	()
i) Parecer técnico favorável?				
j) Parecer jurídico favorável (PGM ou Assessoria jurídica, caso o ajuste seja feito pela administração indireta)?		()	()	()
l) Foi publicado a autorização do Aditamento/Prorrogação do Convênio e respectiva despesas, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na legislação?		()	()	()
18) Na liberação dos recursos foram observados se a mesma está em consonância com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho e se o conveniado apresentou as prestações de contas das parcelas anteriores?	Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
19) Na liberação dos recursos foi observado se os recursos estão mantidos em conta corrente específica?	Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
20) Na liberação dos recursos foi observado se os pagamentos estão sendo efetuados através de cheque nominativo ao credor, ordem bancária ou transferência eletrônica?	Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
21) Os recursos financeiros estão de fato sendo aplicados no objeto do ajuste?	Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
22) Os possíveis rendimentos de aplicação financeira na conta específica do convênio estão sendo aplicados no objeto do mesmo?	Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()
23) Os documentos comprobatórios das despesas foram emitidos em nome do	Lei Federal nº 8.666/93.	()	()	()

ESTADO DO PARANÁ

conveniado ou do executor identificados com referência ao título e número do convênio e se estão preenchido corretamente e sem rasuras?				
24) Foram constatadas quaisquer das vedações relacionadas abaixo:	Lei Federal nº 8.666/93.			
a) A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar sem previsão nos termos convencionais e planos de trabalho?		()	()	()
b) Pagamento, a qualquer título, a servidor integrante do quadro de pessoal ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal por serviços de consultoria, assistência técnica ou gratificação?		()	()	()
c) Aditamento com a alteração do objeto?		()	()	()
d) Utilização de recursos com finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência?		()	()	()
e) Realização de despesas com data anterior à sua vigência?		()	()	()
f) Atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos?		()	()	()
g) Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos?		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.10. MODELO DE CHECK-LIST DE TERMO DE COLABORAÇÃO OU FOMENTO

1. ENTE:

2. OSC(Organização da sociedade Civil) PARCEIRA:

3. OBJETO:

4. TERMO DE COLABORAÇÃO (OU FOMENTO) N°:

PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	FLS
1) O processo foi devidamente autuado e protocolado, com numeração das páginas, carimbo do órgão e visto do responsável?	Princípios da Administração Pública. Artigo 38 da Lei Federal 8.666/93(Lei das Licitações).	()	()	()
2) Há previsão na LOA – Lei Orçamentária Anual? Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo?	Art. 167 da CF/88.	() ()	() ()	() ()
3) A Organização da Sociedade Civil atende aos requisitos da lei? Trata-se de entidade privada sem fins lucrativos que não distribua quaisquer excedentes operacionais e financeiros, isenções ou partição?	Artigo 2º, inciso I, da Lei Federal 13.019/2014.	() ()	() ()	() ()
4) Foi apresentado Plano de Trabalho pela Administração Pública(Termo de Colaboração) ou entidade da sociedade civil(Termo de Fomento)?	Artigo 16 a 20 da Lei 13.019/2014	()	()	()
5) Foi realizado licitação na	Artigo 10º do Decreto	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

modalidade Chamamento Público?	Municipal 25.598/2017. Artigo 24 da Lei 13.019/2014.			
6) Houve dispensa do Chamamento Público? Foi motivada? A motivação atende aos requisitos da Lei? (hipóteses de dispensa são taxativos)	Artigo 30 da Lei 13.019/2014	()	()	()
		()	()	()
		()	()	()
7) Caso verifica-se procedimento de inexigibilidade do Chamamento Público? A motivação do ato atende aos requisitos da Lei?	Artigo 31 da Lei 13.019/2014.	()	()	()
		()	()	()
8) Quando for o caso, a dispensa ou inexigibilidade de licitação foi devidamente publicada no órgão oficial?	Artigo 32 da Lei 13.019/2014	()	()	()
9) Quando for o caso, foi disponibilizado prazo para impugnação do ato de dispensa ou inexigibilidade, no prazo de 5(cinco) dias a contar da publicação?	Artigo 32, parágrafo 1º da Lei 13.019/2014	()	()	()
10) Foi publicado o Edital de Chamamento Público respeitado o prazo mínimo?(30 dias)	Artigo 24, parágrafo 1º, da Lei 13.019/2014. Artigo 12 do Decreto Municipal 25.598/2017	()	()	()
11) O edital contem as especificações mínimas apontada nos dispositivos legais(Lei e Decreto)? a) Programação Orçamentária;	Artigo 11 do Decreto Municipal nº 25.598/2017 que regulamenta o artigo 24 da Lei Federal nº 13.019/2014.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

b) Objeto da parceria de forma clara com indicação do plano.		()	()	()
c) Os prazos e condições, o local e a forma de apresentação das propostas do certame.		()	()	()
d) Prevê interposição de recursos administrativos e condições para que seja interposto?		()	()	()
e) Prevê contrapartida em bens e serviços, se for o caso?		()	()	()
f) Dispõe da minuta do instrumento de parceria?		()	()	()
g) As datas, critério de seleção, incluso a metodologia aplicada?		()	()	()
h) Consta do Edital informações sobre a política, plano, programa ou ação relacionados ao objeto para orientação e elaboração das metas e indicadores?		()	()	()
12) Consta exigência de contrapartida financeira como requisito da celebração da parceria? (vedada por lei, pois só pode exigir contrapartida em bens e serviços)?	Artigo 13 do Decreto Municipal nº 25.598/2017	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

13) Observa-se no Edital de Chamamento indícios de inclusão de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo, exceto as restrições territoriais previstas em lei?	Artigo 24, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014.	()	()	()
14) Consta do processo ato de nomeação da Comissão de Seleção e Avaliação, devidamente publicada no Diário Oficial do Município, assegurada a participação de servidor(es), em conformidade com a lei?	Artigo 2º, inciso X, da Lei Federal nº 13.019/2014. Artigo 2º, inciso XI, e Artigo 14 do Decreto Municipal nº 25.598/2017.	()	()	()
15) Quanto aos membros da Comissão de Seleção e Avaliação foram respeitadas as vedações impostas pela lei e Decreto, tais como nomeação de membros: a) Servidores responsáveis por emitir pareceres técnicos e jurídicos; b) Pessoas que tenham mantido relação com a instituição parceira nos últimos 5(cinco) anos? c) Constatada a irregularidade, o gestor procedeu à imediata substituição do membro impedido?	Artigo 24, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014. Artigo 14, parágrafos 4º a 8º, do Decreto 25.598/2017.	()	()	()
16) O Resultado do julgamento do certame foi devidamente publicado no Diário Oficial do Município? (homologação)	Artigo 27, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 13.019/2014.	()	()	()
17) a) Foram assegurados na fase de Habilitação (posterior a escolha) as comprovações dos requisitos da Organização Social vencedora?	Artigos 28, 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

b) Ou da contratada, caso tenha havido dispensa ou inexigibilidade do Chamamento Público, tais como: - experiência comprovada por documento emitido pela Receita Federal; - experiência prévia na realização do objeto da parceria; instalações, capacidade técnica e operacional para realização do objeto da parceria?		()	()	()
18) Caso a Organização da Sociedade Civil signatária pretenda atuar em rede(duas ou mais organizações) verificar se preenche os requisitos adicionais: a) Mais de 05(cinco) anos de experiência(comprovada por inscrição do CNPJ). b) Capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a(s) organização(ões) que estiver(em) atuando em rede com a mesma.	Artigo 35-A da Lei Federal nº 13.019/2014	()	()	()
19) Todas as decisões de Recursos e impugnações, caso ocorram, foram motivadas, com indicação dos fundamentos de fato e de direito? Foram publicadas no Diário Oficial? Foram dados ao impugnado a oportunidade do contraditório e ampla defesa?	Artigo 5º, incisos XXXIII, LV, da Constituição Federal de 1988.	()	()	()
20) O instrumento do Termo de Colaboração/Fomento possuem cláusulas essenciais que	Artigo 42 da Lei Federal nº 13.019/2014.			



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

estabeleçam:				
a) Descrição do objeto.		()	()	()
b) Obrigação das partes		()	()	()
c) Valor total e cronograma desembolso.		()	()	()
d) Contrapartida, quando for o caso.		()	()	()
e) Vigência e hipóteses de prorrogação.		()	()	()
f) Previsão de prestação de contas, com forma, metodologia e prazos.		()	()	()
g) Forma de avaliação e monitoramento da execução.		()	()	()
h) Obrigação de restituição de recursos, nos casos previstos em lei.		()	()	()
i) Definição da titularidade do bens e direitos remanescentes na data de conclusão do ajuste ou extinção da parceria.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

j) Prerrogativa da Administração Pública para assumir/transferir o objeto do ajuste, caso haja paralização.		()	()	()
l) Movimentação dos recursos repassados financeira em conta bancária específica.		()	()	()
m) Livre acesso dos órgãos de fiscalização internos e externos ao ente contratante.		()	()	()
n) A faculdade, condições, sanções e delimitações claras relacionadas a possibilidade de rescisão do ajuste.		()	()	()
o) Indicação do foro.		()	()	()
p) Indicação da responsabilidade exclusiva pela sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.		()	()	()
q) Indicação de responsabilidade exclusiva quanto ao pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto pela sociedade civil.		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

21) Foi designada a Comissão de Avaliação e Monitoramento, de conformidade com a legislação?	Artigo 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.	()	()	()
22) Quando da celebração do ajuste foram observados e inclusos no processo os documentos exigidos, além do Plano de Trabalho, tais como:	Artigo 25 do Decreto Municipal nº 25.598/2017.			
a) Certidões fiscais;		()	()	()
b) Cópia atualizada do regulamento interno da sociedade civil;		()	()	()
c) Comprovante de cadastro do CNPJ;		()	()	()
d) Comprovante de experiência prévia;		()	()	()
e) Certidão de regularidade no FGTS e INSS;		()	()	()
f) Certidão negativa de débitos trabalhistas;		()	()	()
g) Certidão liberatória do TCE/PR;		()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

h) Relação nominal dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, telefone, e-mail, cópia do RG e CPF de cada um deles;		()	()	()
i) Comprovante de endereço da sede da entidade;		()	()	()
j) Declaração do representante legal da entidade sobre a existência de instalações ou outras condições materiais ou previsão de contratar recursos com recursos da parceria?		()	()	()
23) a) Consta pareceres técnicos, financeiro, e jurídico com relação a celebração do ajuste?	Artigo 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.	()	()	()
b) Consta aprovação do Administrador Público?	Artigos 29 e 30 do Decreto Municipal nº 25.598/2017.	()	()	()
c) Consta designação do gestor da parceria?		()	()	()
24) A Comissão de Avaliação e Acompanhamento está de fato realizando atos de fiscalização e acompanhando a execução da parceria, na forma das normas vigentes?	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 25.598/2017.	()	()	()
25) As liberações de recursos estão em consonância com o cronograma disposto no instrumento de ajuste, condicionado as ações de monitoramento quanto a verificação da existência de denúncias aceitas, a análise da prestação de contas e o cumprimento a medidas adotadas e	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 25.598/2017.	()	()	()



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

recomendações dos órgãos de controle interno e externo?				
26) Todos os atos relacionados a parceria estão devidamente publicados no Diário Oficial do Município?	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 25.598/2017.	()	()	()
27) a) Houve rescisão do instrumento da parceria?	Artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 13.019/2014.	()	()	()
b) Em caso positivo, estão fundamentada nos casos previstos em lei?	Decreto Municipal nº 25.598/2017.	()	()	()